

# Autorretrato que o Brasil não quer ver

**JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES**

Desembargador, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMCG)

É comum – e até compreensível – o fato de as pessoas escolherem a melhor imagem para postar em redes sociais ou guardar nos álbuns de família. Afinal, vivemos em uma época em que a aparência está em alta, e todos querem estar “bem” na fotografia. O complicado é, no entanto, quando nos recusamos a ver a realidade ou a refletir sobre o que está por detrás de uma imagem “feia” ou triste, como é o caso do sistema penitenciário brasileiro.

Uma verdadeira barbárie está instaurada nas prisões do Brasil, o que já chamou a atenção de organismos internacionais, inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU): rebeliões, presos mortos (decapitados!) dentro das unidades penitenciárias, celas superlotadas, condições insalubres e desumanas, criminalidade dentro das prisões, realimentando a violência na comunidade, falta de vagas e de funcionários, desamparo.

Há argumentos no sentido de que os dirigentes não se interessam em melhorar as condições das penitenciárias, inclusive construir novas unidades, porque se trata de uma iniciativa que não angaria votos. Isso significa dizer que a sociedade, em tese, não se importaria com a situação dos encarcerados – na verdade, querem mesmo que a situação se deteriore por uma histórica sede de vingança. Trata-se de uma constatação pouco plausível e totalmente avessa ao sentimento humanitário e mesmo aos ditames legais: a Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de recuperação e reinserção do apenado.

Milhões destinados a reformas e construções não são investidos, por falhas administra-

tivas, burocracia ou desinteresse. O desperdício de dinheiro público é evidente: algumas obras são iniciadas e não concluídas. Os jornais têm noticiado a dura realidade dos condenados, dos agentes penitenciários e a dor de seus familiares, demonstrando que a situação é comum nos diversos rincões do país.

A frase é antiga e persistente: “Violência gera violência”. O jurista e professor Luiz Flávio Gomes, diretor-presidente do Instituto Avante Brasil, escreveu artigo com informações sobre o relatório *Governar para as elites, sequestro democrático e desigualdade econômica*, que a organização não-governamental (ONG) Oxfam Intermón publicou em 19/1/14. Segundo ele, “a desequilibrada concentração de renda nas mãos de poucos (típica do capitalismo retrógrado, exageradamente desigual) significa menos renda per capita para cada habitante e cada família do país. Mas isso não implica, automaticamente, mais violência (mais homicídios). Outros fatores devem ser considerados: escolaridade (sobretudo), emprego estável ou não, perspectivas, a racionalidade ou irracionalidade da política criminal adotada, religião, tradição, existência ou não do “tabu do sangue” (ninguém pode sangrar outra pessoa) etc.”.

De acordo com o professor, a partir dos dados objetivos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), coeficiente Gini (parâmetro para verificar a distribuição da renda), renda per capita e número de homicídios, pode-se concluir que, em regra, quanto mais elevado o IDH e menor a concentração de renda, menos desigual e menos violento é o país – a situação inversa pode ser deduzida.

Sendo assim, por mais que a violência deixe todos nós estarrecidos, ela é consequência de

uma sociedade adoecida, em todos os aspectos, inclusive pela falta de princípios e valores. Fechar os olhos para essa situação é não assumir as próprias responsabilidades.

É preciso mudar esse quadro cruel e buscar, antes de tudo, mais educação, bem-estar, igualdade e justiça social; e, se as medidas preventivas falharem, procurar reeducar, recuperar e reinserir na sociedade aqueles que se desviarem. Dentro da conjuntura atual, em que as ações para prevenir foram ineficientes ou inexistentes, é urgente assumir os erros e humanizar as prisões, para o bem da sociedade e do país.

Em Minas, o Executivo estadual tem-se empenhado em ampliar, significativamente, o número de vagas, além de humanizar e modernizar as prisões, oferecendo oportunidades de estudo, trabalho e de ressocialização aos apenados. É claro que as soluções não são milagrosas em um quadro de carências históricas.

Dentro dos esforços por melhorias, merece destaque o investimento na ampliação do método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), uma parceria entre o Executivo e o Judiciário de Minas, com a participação de várias outras instituições e da sociedade. Esse método é baseado na valorização humana, visando oferecer ao condenado condições reais de recuperação. Atua junto com a comunidade, compartilhando responsabilidades na administração dos Centros de Reintegração Social com os próprios presos. Assim, a Apac busca efetivar a Lei de Execução Penal, sem a presença de armas e de agentes de segurança. A reincidência de egressos da Apac é de 15%, enquanto, no sistema convencional, é de 70%: o método deixa evidente que é possível, sim, obter respostas positivas na execução penal. Existe luz no fim do túnel.